Centrais Eólicas Canjoão S.A. – em recuperação judicial

Demonstrações financeiras
referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2021

Índice

1. INFORMAÇÕES GERAIS....8
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS....12
3. DEBÊNTURES PRIVADAS....14
4. IMOBILIZADO....15
5. FORNECEDORES....16
6. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS....16
7. OUTRAS CONTAS A PAGAR....16
8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO....17
9. RECEITAS (DESPESAS)....18
10. RESULTADO FINANCEIRO....18
11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL....19
12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO....19
13. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA....20
14. EVENTOS SUBSEQUENTES....21

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE			
Tributos a recuperar		-	48
Despesas antecipadas		3	2
		3	50
Ativos classificados como mantidos para venda		-	1.009
Total do ativo circulante		3	1.059
NÃO CIRCULANTE			
Debêntures privadas	3	989	-
Depósitos judiciais		1	1
Imobilizado	4	783	-
Total do ativo não circulante		1.773	1
TOTAL DO ATIVO		1.776	1.060

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE			
Fornecedores	5	238	273
Tributos a recolher		13	23
Partes relacionadas	6	-	216
Outras contas a pagar	7	1.214	1.214
Total do passivo circulante		1.465	1.726
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	5	1.576	1.593
Partes relacionadas	6	-	614
Outras contas a pagar	7	465	465
Total do passivo não circulante		2.041	2.672
PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	8		
Capital social		4.827	3.903
Recursos para futuro aumento de capital		39	-
Prejuízos acumulados		(6.596)	(7.241)
Total do patrimônio líquido negativo		(1.730)	(3.338)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO		1.776	1.060

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
DESPESAS			
Gerais e administrativas		(83)	(113)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	4	2.032	-
Outras despesas		(48)	(107)
Total	9	1.901	(220)
Resultado de equivalência patrimonial	1.1.1	(1.138)	-
Ganho na alienação de ativos	1.1	24	-
Total		(1.114)	-
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		787	(220)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		2	-
Despesas financeiras		(144)	30
Total	10	(142)	30
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		645	(190)
Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído (expressos em reais - R$)	8.4	0,14	(0,05)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R$)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	645	(190)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	645	(190)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital Social	Recursos para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido negativo
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		3.903	-	(7.051)	(3.148)
Prejuízo do exercício		-	-	(190)	(190)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		3.903	-	(7.241)	(3.338)
Aumento de capital	8.2	871	-	-	871
Recursos para futuro aumento de capital	8.3	-	92	-	92
Capitalização dos recursos para futuro aumento de capital	8.2 e 8.3	53	(53)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	645	645
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	8	4.827	39	(6.596)	(1.730)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		645	(190)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:			
Equivalência patrimonial	1.1.1	1.138	-
Ganho na alienação de ativos	1.1	(24)	-
Juros sobre debêntures privadas	3	(2)	-
Reversão da provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado	4	(2.032)	-
Juros sobre fornecedores e impostos		143	(37)
Provisão para perda a valor recuperável de crédito de pis/cofins		48	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Tributos a recuperar		-	(12)
Despesas antecipadas		(1)	(2)
Outros créditos		-	1
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(3)	(209)
Tributos a recolher		(10)	8
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(98)	(441)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimento na alienação de ativos	1.1.1	987	-
Debêntures privadas	3	(987)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recursos para futuro aumento de capital	8.3	92	-
Partes relacionadas	6, 14	6	441
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		98	441
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		-	-
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Centrais Eólicas Canjoão S.A. – em recuperação judicial ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado controlada diretamente pela Renova Energia S.A. – em recuperação judicial ("Renova Energia"), e que faz parte do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase B ("ASIII - Fase B"), do Grupo Renova, que representa as empresas sob controle direto da Renova Energia. A Companhia foi constituída em 13 de maio de 2013 e tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico "Canjoão", localizado no Estado da Bahia e atualmente encontra-se com as obras de construção de seu ativo paralisadas.

Em regime de autorização, teria toda a sua produção comercializada no mercado livre pela parte relacionada Renova Comercializadora de Energia S.A. – em recuperação judicial ("Renova Comercializadora") controlada direta da Renova Energia. Segundo Portaria nº 5086 da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), o período de autorização da Companhia era de 30 anos a partir de 26 de março de 2015. A capacidade de produção instalada do parque eólico "Canjoão" é de 6,00 MW.

Em 4 de junho de 2019 a ANEEL revogou a outorga de autorização desse projeto eólico, tendo a Administração da Companhia apresentado a Diretoria da ANEEL pedido de reconsideração da decisão de revogação da autorização. O pedido foi negado e as outorgas canceladas. A Companhia entrou com nova solicitação visando à não execução das garantias de fiel cumprimento relativas ao projeto, essa solicitação continua pendente de julgamento por parte da ANEEL. Adicionalmente, conforme divulgado na nota 7, a Companhia constituiu provisão no montante de R$1.200 para fazer face às penalidades impostas pela ANEEL em decorrência do cancelamento dessa outorga.

1.1 Venda de Ativos – UPI Fase B

Em 11 de fevereiro de 2021, a controladora Renova Energia realizou o processo competitivo para a alienação da UPI Fase B prevista nos planos de recuperação judicial do Grupo Renova, no qual o PSS Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("PSS"), gerido pela Prisma Capital Ltda., sagrou-se vencedor com a oferta no valor de R$58.386.

UPI AS III Fase B que engloba os projetos de geração de energia atualmente sob a titularidade das empresas que compõem o Alto Sertão III – Fase B, que inclui determinados ativos da Companhia

Conforme Fato Relevante, em 05 de abril de 2021 a controladora Renova Energia concluiu a venda da UPI Fase B, nos termos previstos no Edital e nos planos de recuperação judicial do Grupo Renova. Inicialmente, a operação transferiu à sociedade Ventos Altos Energias Renováveis Ltda., subsidiária do PSS, determinados ativos e direitos do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase B pelo valor de R$ 50.730, após ajustes pré-fechamento que reduziu a capacidade instalada dos ativos transferidos de 408MW para 355,2MW, em decorrência da não transferência de determinados direitos. Após transferência dos direitos remanescentes o valor da operação foi ajustado para R$59.807.

Abaixo demonstramos o valor do ganho em toda a operação sem considerar os efeitos tributários:

Descrição	Total	Participação da Companhia
Valor da venda	59.807	987
Custo do investimento	(58.380)	(963)
Ganho na alienação	1.427	24

1.1.1 Reorganização societária

Em 31 de março de 2021 a Companhia e demais empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase B aportaram capital na Azalea Participações S.A. mediante transferência de bens, avaliados nos termos de laudo de avaliação aprovado na assembleia geral que deliberou pelo aumento de capital.

Saldo 31 de dezembro de 2020	-
Integralização de capital	2.101
Equivalência patrimonial	(1.138)
Alienação das ações	(963)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-

1.2 Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a controladora Renova Energia e determinadas controladas, incluindo a Companhia, protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Em 18 de dezembro de 2020 a controladora Renova Energia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES, que inclui a Companhia e um segundo plano contemplando a controladora Renova Energia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizadas nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação pelo Juízo.

Com o objetivo de recuperar a saúde financeira do Grupo Renova durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram executadas as seguintes ações previstas nos planos:

i) captação do empréstimo ponte na modalidade *Debtor in Possession* ("DIP") para finalização das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III –Fase A., no valor de R$ 350.000;

ii) alienação dos ativos UPI Fase B e UPI Brasil PCH,

iii) alienação das UPI Enerbras e UPI Cordilheira dos Ventos, finalizadas em junho e julho de 2022, respectivamente (nota 14.2);

iv) quitação do empréstimo DIP, pagamento de credores concursais e extraconcursais e consequente redução do endividamento do Grupo Renova com os recursos recebidos na alienação da UPI Brasil PCH;

v) retomada das obras para conclusão dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A. Até a data de emissão desse relatório todos os 26 parques do Grupo Renova já estavam em operação comercial.

Os passivos da Companhia negociados no âmbito da recuperação judicial estão centralizados na classe III conforme apresentado a seguir:

Classes	Saldo em 31/12/2020	Pagamentos realizados	Créditos convertidos em ação da Controladora	Juros	Saldo em 31/12/2021
Classe III - credores quirografários	2.058	(4)	(35)	23	2.042

Classes	Saldo aprovado no plano de recuperação judicial	Juros	Saldo em 31/12/2020
Classe III - credores quirografários	2.049	9	2.058

A Classe III é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

a) Pagamentos iniciais no montante de até R$ 2 será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R$ 1 em até 90 dias e mais R$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros.

b) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.

c) Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R$ 100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.

d) O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%
Ano 4	2,5%	2,5%
Ano 5	2,5%	2,5%
Ano 6	2,5%	2,5%
Ano 7	2,5%	2,5%
Ano 8	2,5%	2,5%

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 9	2,5%	5,0%
Ano 10	5,0%	5,0%
Ano 11	5,0%	5,0%
Ano 12	5,0%	5,0%
Ano 13	5,0%	5,0%
Ano 14	10,0%	12,5%

A íntegra dos Planos de Recuperação Judicial aprovados, as atas da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes aos processos de recuperação judicial do Grupo Renova estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (http://ri.renovaenergia.com.br). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com os Planos de recuperação judicial propriamente ditos.

1.3 Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou lucro líquido de R$645 (2020, prejuízo de R$190), possui prejuízos acumulados de R$6.596 (2020, R$7.241), passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R$1.462 (2020, R$667) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R$1.730 (2020, R$3.338).

O plano de recuperação judicial, permitiu a celebração de acordos para equacionar o passivo da Companhia, com a repactuação das taxas de juros e alongando os prazos para quitação da dívida.

A recuperação judicial faz parte da reestruturação do Grupo Renova e tem por objetivo recuperar a saúde financeira, bem como preparar uma base sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios do Grupo Renova. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.4 COVID-19 – Coronavírus - Impactos para a Companhia

A pandemia do COVID-19 impactou negativamente os diversos setores da economia, e consequentemente, a demanda por energia no Brasil, e continua a representar um obstáculo à retomada mais forte da atividade econômica.

A Companhia, cercada de todos os cuidados necessários, retomou a construção do seu parque eólico que gerará energia para atender ao mercado livre.

Para fins de elaboração das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a administração da Companhia revisou suas atividades e projeções, de forma a identificar os possíveis impactos do COVID-19 nas suas atividades. Foram analisados temas como: i) variação de indicadores macroeconômicos, e ii) redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Dentro deste cenário a Companhia, em conjunto com a sua controladora, não tem expectativa de impactos da COVID-19 no processo de recuperação judicial, em especial na conclusão dos parques eólicos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não foram observados efeitos relevantes decorrentes do COVID-19 nas operações da Companhia.

De forma geral, a Companhia, em conjunto com a sua controladora, implementou uma série de medidas de precaução para que seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais públicos não se exponham a situações de risco, tais como: criação de protocolos de prevenção, restrição de viagem nacionais e internacionais, utilização de meios de comunicação remota, home office etc.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2022.

2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

<u>Categoria de instrumentos financeiros</u>

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e toma decisão de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia classifica nessa categoria o caixa e equivalentes de caixa.

b) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedores (nota 5); e
- Transações com partes relacionadas (nota 6).

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

2.3.2. Ativo imobilizado

2.3.2.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

2.3.2.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

2.3.3. Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. O principal julgamento, estimativa e premissa utilizado para a elaboração dessas demonstrações financeiras está listado a seguir:

2.4.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3. DEBÊNTURES PRIVADAS

A controladora Renova Energia emitiu Instrumento particular de escritura da 8ª e 10ª emissão privada de debêntures não conversíveis em ações, em uma única série, remuneradas a juros equivalentes a variação acumulada da TR acrescidos a 0,5% a.a., subscritas integralmente pela Companhia, conforme apresentado a seguir:

Data	Subscritor	Emissão privada	Valor	Vencimento	Saldo em 31/12/2021
05/04/2021	Fase B	8ª	837	24/03/2025	839
03/09/2021	Fase B	10ª	150	03/09/2026	150
			987		989

4. IMOBILIZADO

	Saldo em 31/12/2019	Transferência para ativos mantidos para venda	Saldo em 31/12/2020	Reclassificação transferência ativos mantidos para venda	Adições	Reclassificações entre rubricas[1]	Aumento de capital na controlada Azalea	Saldo em 31/12/2021
Imobilizado em curso							(Nota 1.1.1)	
Terrenos	1	(1)	-	1	-		-	1
Edificações, obras civis e benfeitorias	704	(704)	-	704	-		-	704
Torres de medição	5	(5)	-	5	-		-	5
A ratear	1.120	(1.120)	-	1.120	-	(217)	-	903
Aerogeradores	122	(122)	-	122	-		-	122
Equipamentos de subestação	2.041	(2.041)	-	2.041	-	60	(2.101)	-
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-	-		-	-
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(2.984)	2.984	-	(2.984)	2.032	-	-	(952)
Total do custo do imobilizado	1.009	(1.009)	-	1.009	2.032	(157)	(2.101)	783

Nota 1: Efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

O saldo do imobilizado refere-se basicamente a gastos iniciais com a construção do parque eólico, cujas obras encontram-se paralisadas.

Determinados ativos e direitos da Companhia foram transferidas para a controlada Azalea (UPI Fase B), que posteriormente teve suas ações alienadas conforme nota 1.1. Em função dessa movimentação, parte da provisão para redução a valor recuperável do ativo anteriormente constituída foi revertida.

5. FORNECEDORES

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	237	273
Fornecedores recuperação judicial	1.577	1.593
	1.814	1.866
Apresentados como:		
Circulante	238	273
Não circulante	1.576	1.593
Total	1.814	1.866

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores Classe III do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.2, totaliza R$1.577.

6. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Passivo	Resultado	
	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Renova Energia			
Rateio de despesa[(a)]	216	(6)	(70)
Adiantamento para futuro aumento de capital[(b)]	614	-	-
Total	830	(6)	(70)

a) Rateio de despesa - refere-se a reembolso de despesas realizadas de forma centralizada pela controladora Renova Energia que são rateadas e reembolsadas pelas controladas, essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital – refere-se ao recurso aportado pela Renova Energia na Companhia, cuja capitalização ocorreu em 22 de março de 2021.

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos administradores da Companhia está centralizada na Renova Energia, e é rateada entre as controladas do grupo, conforme exposto no item (a) acima.

7. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2021	31/12/2020
Penalidades ANEEL[(a)]	1.200	1.200
Outros[(b)]	479	479
	1.679	1.679
Apresentados como:		
Circulante	1.214	1.214
Não circulante	465	465
Total	1.679	1.679

(a) Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia constituiu provisão no montante de R$1.200, a favor da ANEEL, referente a penalidades aplicadas pelo cancelamento das outorgas do parque eólico, ocorrido em 4 de junho de 2019 (nota 14.7).

(b) Refere-se basicamente a valores a pagar relacionados a processos cíveis, que compõem os credores Classe III, do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.2, no montante de R$465.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R$4.827 (2020, R$3.903) e está dividido em 4.826.628 (2020, 3.903.274) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

8.2. Aumento de capital

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou dois aumentos de capital:

a. Em 22 de março de 2021, aumento de capital no montante de R$631, mediante a emissão de 631.221 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal integralizadas com a capitalização de i) adiantamentos para futuro aumento de capital, no montante de R$422 e ii) créditos detidos pela acionista contra a Companhia em razão de rateio de despesas, no valor de R$209.

b. Em 06 de maio de 2021, aumento de capital no montante de R$293, mediante a emissão de 292.133 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal integralizadas com a capitalização de i) adiantamentos para futuro aumento de capital, no montante de R$53, ii) créditos detidos pela acionista contra a Companhia em razão de rateio de despesas, no valor de R$222 e iii) créditos detidos pela acionista contra a Companhia conforme previsto no "Termo de Assunção de Dívidas e Capitalização de Crédito", no valor de R$227.

8.3. Recursos para futuro aumento de capital

Recursos aportados pela controladora Renova Energia, no montante de R$92, dos quais R$53 foram capitalizados em 2021 e o saldo restante, R$39, será capitalizado até a assembleia de acionistas que aprovará as contas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

8.4. Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do período atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui diluição de ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	645	(190)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	4.586	3.903
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R$)	0,14	(0,05)

9. RECEITAS (DESPESAS)

	31/12/2021	31/12/2020
Gerais e administrativas		
Pessoal e administradores	(6)	(63)
Serviços de terceiros	(35)	(6)
Seguros	(30)	(28)
Impostos e taxas	(12)	(11)
Outras	-	(5)
	(83)	(113)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado (nota 4)	2.032	-
Outras despesas		
Tust - Tarifa de uso do sistema de transmissão[1]	-	(109)
Provisão para perda a valor recuperável de crédito de pis/cofins[2]	(48)	-
Outras	-	2
	(48)	(107)
Total	1.901	(220)

Nota 1: A partir de agosto de 2020 a ONS suspendeu a cobrança da Tust para a Companhia.

Nota 2: A Companhia avaliou os créditos de PIS e COFINS a recuperar acumulados originários das despesas de TUST e identificou a necessidade de constituir uma provisão para redução ao valor realizável desses créditos no montante de R$48, considerando a incerteza na sua realização nos próximos anos.

10. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Juros recebidos - debêntures	2	-
Despesas financeiras		
Juros sobre fornecedores e impostos	(143)	(9)
Despesas bancárias	(1)	(7)
	(144)	(16)
Despesas financeiras PRJ		
Juros sobre fornecedores e impostos	-	46
Total das despesas financeiras	(144)	30

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e possui saldos de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo fiscal do exercício	(238)	(221)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	(2.442)	(2.221)
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	(2.680)	(2.442)

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros				
Não circulante				
Debêntures privadas	989	-	989	-
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	238	273	238	273
Partes relacionadas	-	216	-	216
Não circulante				
Fornecedores	1.576	1.593	1.576	1.593
Partes relacionadas	-	614	-	614

b) Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2021		31/12/2020
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Não circulante			
Debêntures privadas	989	-	-
Passivos financeiros			
Circulante			
Fornecedores	-	238	273
Partes relacionadas	-	-	216
Não circulante			
Fornecedores	-	1.576	1.593
Partes relacionadas	-	-	614

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

d) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Em 18 de dezembro de 2020 o plano de recuperação judicial da Companhia foi aprovado, permitindo alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos, conforme apresentado na nota explicativa 1.2. Assim a Administração entende que, com o sucesso do plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida nota explicativa, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

13. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios de 2021 e 2020, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto as seguintes transações não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Aumento de capital em investida com imobilizado	1.1.1 e 4	2.101	-
Reversão da provisão – imobilizado	4	(157)	-
Capitalização de recursos para futuro aumento de capital	8.2	422	-
Capitalização de créditos de terceiros	8.2	227	-
Aumento de capital com rateio de despesas	8.2	222	-
Outras contas a pagar x Contencioso		-	465

14. EVENTOS SUBSEQUENTES

14.1 Mudança da composição do controle da controladora Renova Energia

14.1.1 CEMIG GT

Em 06 de maio de 2022, Cemig GT e a sua controladora indireta CEMIG, divulgaram Fato Relevante informando a conclusão, em 05 de maio de 2022, da alienação da totalidade de sua participação societária detida no capital social da Renova Energia, e a cessão de forma onerosa da totalidade de seus créditos detidos em face da controlada Renova Comercializadora, pelo valor total de R$ 60.000 com o AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, administrado e gerido pela Mantiq Investimentos Ltda. (gestora do grupo Angra Partners).

Com a conclusão da Transação, a Cemig GT deixou de ser titular de quaisquer ações de emissão da Renova Energia e, portanto, deixou de ser acionista da Renova Energia.

Como consequência da operação realizada pela CEMIG, o Conselho de Administração da Renova Energia, em reunião extraordinária realizada no dia 05 de maio de 2022, apreciou os pedidos de renúncia apresentados pelos conselheiros Srs. Douglas Braga Ferraz Oliveira Xavier e Antonio Carlos Veléz Braga e, ainda, do Presidente do Conselho de Administração Sr. Luiz Cruz Schneider.

Na mesma reunião, ficou consignado que o Sr. Geoffrey David Cleaver continua como membro do Conselho de Administração, mas como indicado pelo bloco de controle da Renova Energia e foram eleitos os Srs. Sergio Ros Brasil Pinto e Luiz Eduardo Bittencourt Freitas, nos termos do artigo 20 do Estatuto Social da Renova Energia. O Sr. Sergio Ros Brasil Pinto foi eleito Presidente do Conselho de Administração, nos termos do Artigo 19 do Estatuto Social da Renova Energia.

14.1.2 Sr. Ricardo Lopes Delneri

Conforme Fato Relevante divulgado em 06 de maio de 2022, o acionista Sr. Ricardo Lopes Delneri, em transação realizada anteriormente com os acionistas Renato Figueiredo do Amaral e Caetité Participações LTDA (nova denominação social de Caetité Participações S.A., CG II Participações S.A., CG II Fundo de Investimento), alienou a totalidade de suas ações detidas na Renova Energia, vinculadas ao Acordo de Acionistas, deixando de integrar o bloco de controle, de forma direta e indireta.

Nesse sentido e, considerando a conclusão da transação entre a Cemig GT e a AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, a composição acionária resumida da Renova Energia passará a ser da seguinte forma:

Renova Energia S.A.						
	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
Bloco de Controle	**26.356.007**	**47,47%**	**-**	**0,00%**	**26.356.007**	**24,07%**
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	15.115.371	27,22%	0	0,00%	15.115.371	13,81%
Caetité Participações	10.356.384	18,65%	-	0,75%	10.763.179	9,83%
Renato do Amaral Figueiredo	884.252	1,59%	-	0,00%	884.252	0,81%
Outros Acionistas	**29.165.861**	**52,53%**	**53.958.180**	**100,00%**	**83.124.041**	**75,93%**
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	-	0,00%	1	0,00%	1	0,00%
Renato do Amaral Figueiredo[1]	5.764.804	10,38%	5.548.741	10,28%	11.313.545	10,33%
Caetité Participações	-	0,00%	406.795	0,75%	406.795	0,37%
Spectra Volpi Fundo de Invest em Part Multiestrategia	1.712.178	3,08%	3.424.354	6,35%	5.136.532	4,69%
Bndespar	696.683	1,25%	1.393.366	2,58%	2.090.049	1,91%
Ricardo Lopes Delneri	7.215.870	13,00%	15.126.315	28,03%	22.342.185	20,41%
Outros	13.776.326	24,81%	28.058.609	52,00%	41.834.935	38,21%
Total	**55.521.868**	**100,00%**	**53.958.180**	**100,75%**	**109.480.048**	**100,37%**

[1]Possuí 36.162 ações ordinárias bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDESPAR

14.2 Venda de ativos

14.2.1 UPI Enerbras

Em 06 de junho de 2022 a controladora Renova Energia concluiu a venda da Unidade Produtiva Isolada ("UPI") Enerbrás, nos termos previstos no Edital da referida UPI e no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova. Pela transação, a controladora Renova Energia transferiu a totalidade das ações ordinárias e preferenciais, escriturais e sem valor nominal de emissão da parte relaciona Enerbrás e indiretamente da ESPRA para a Monte Pascoal Holding S.A., uma sociedade investida da V2I Energia S.A., que possui como gestora a Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda ("Vinci"), pelo valor de R$ 265.800.

O montante correspondente a 8% do preço (Parcela de Garantia – 3% e Parcela Diferida 5%) permanecerá reservado para eventuais ajustes de preço, dentro do prazo máximo de 06 meses, em decorrência de determinadas condicionantes previstas no Contrato de Compra e Venda.

Em 11 de julho de 2022 a controladora Renova Energia recebeu o montante de R$29.606 referente a ajuste de preço pós fechamento e Parcela Diferida corrigida.

Conforme determinado no plano de recuperação judicial, os valores obtidos com a transação foram destinados a (i) liquidação pela controladora Renova Energia da dívida extraconcursal com o Banco BTG Pactual no valor de R$ 228.124; (ii) Credores com Garantia Real; (iii) Credores Quirografários e (iv) despesas operacionais do Grupo Renova.

14.2.2 UPI Cordilheira dos Ventos

Conforme divulgado em Fato Relevante, a controladora Renova Energia formalizou, em 27 de janeiro de 2022, a aceitação da proposta apresentada pela AES GF1 HOLDING S.A. ("AES GF1"), mediante a celebração de um contrato de compra e venda, para a alienação de determinados ativos e direitos do Complexo Cordilheira dos Ventos, constituído dos projetos Facheiro II, Facheiro III e Labocó, localizados no Estado do Rio Grande do Norte, com capacidade de desenvolvimento eólico de 305MW.

Em 15 de março de 2022, o Juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum Central da Comarca de São Paulo homologou o processo competitivo da UPI Cordilheira dos Ventos, declarando como vencedora a AES GF1, pelo valor de R$ 42.000, sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais de mercado para a sua conclusão. A controladora Renova Energia fará jus ainda a um *earn out*, caso a AES venha a implantar uma capacidade superior a 305MW nas áreas compreendidas no Complexo.

Em 26 de julho de 2022 a controladora Renova Energia concluiu a venda da referida UPI transferindo a totalidade das cotas sociais de emissão da controlada Cordilheira dos Ventos Centrais Eólicas LTDA à AES GF1, pelo valor de R$ 42.000. Conforme determinado no plano de recuperação judicial, os valores obtidos com a transação serão destinados a (i) Credores com Garantia Real; (ii) Credores Quirografários e (iii) despesas operacionais do Grupo Renova.

14.3 Cronograma de implantação

Em 16 de dezembro de 2022 a controladora Renova Energia informou que cumpriu, em 06 de dezembro de 2022, o Estágio 4 da implantação do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, com a entrada em operação comercial de 424,5 MWs, conforme previsto nos planos de Recuperação Judicial do Grupo Renova Energia. Os prazos dos Estágios 1, 2 e 3 também já haviam sido cumpridos pelo Grupo Renova Energia, em linha com o determinado no Plano de Recuperação, respectivamente em 10 de fevereiro, 06 de agosto e 05 de setembro de 2022.

14.4 Homologação aumento de capital da controladora Renova Energia

Em 02 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da controladora Renova Energia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado em reunião de 29 de novembro de 2022, para capitalização de créditos detidos por credores do Grupo Renova Energia, de forma a efetivar o "6º Processo de Aumento de Capital e Conversão", nos termos dos planos de recuperação judicial.

O aumento de capital da controladora Renova Energia foi homologado com o valor de R$ 31.297, representado por 5.336.210 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 2.668.102 ações ordinárias e 2.668.108 ações preferenciais. Consequentemente, o capital social da controladora Renova Energia passa a ser de R$ 4.170.394, dividido em 249.483.956 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 124.741.981 ações ordinárias e 124.741.975 ações preferenciais. Esta capitalização representou uma diminuição do endividamento do Grupo Renova em R$ 31.235.

14.5 Decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF") sobre coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o STF julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário n° 955.227.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal concluiu, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva "coisa julgada" a favor dos contribuintes perdem seus efeitos se, depois, o STF tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade se, e quando, o STF entender em sentido contrário.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes concluiu que a decisão não resulta em impactos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

14.6 Aditamento aos planos de recuperação judicial (acordo de Standstill)

Em 10 de dezembro de 2023, a controladora Renova Energia informou aos acionistas e ao mercado em geral que, em razão da continuidade da negociação mantida no âmbito de sua recuperação judicial com os credores titulares de créditos com garantia real – classe II ("Credores com Garantia Real"), celebrou novos aditamentos ao seu plano de recuperação judicial e ao plano de recuperação judicial das sociedades que compõem o Alto Sertão III (em conjunto, os "Planos"), os quais foram protocolados nos autos da Recuperação Judicial em 08 de dezembro de 2023, havendo o compromisso da unanimidade dos Credores com Garantia Real no sentido de manifestarem sua adesão a tais aditamentos.

14.7 Devolução das garantias de fiel cumprimento – Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase B

Em 11 de dezembro de 2023, a Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações dos Serviços de Energia Elétrica - SCE (à época SCG) suspendeu a execução das garantias de fiel cumprimento vinculadas às usinas pertencentes ao Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase B e arquivou os processos de execução, liberando as apólices de seguro garantia. Dessa forma, a Companhia reverteu a provisão anteriormente constituída no valor de R$1.200.

* * *